

## O LADO DESOCULTO DOS ARQUIVOS

Terão os arquivos a capacidade de revelar a verdade ou terão simplesmente a capacidade de revelação? É certo que os documentos de arquivo são produto da atividade humana, logo, têm inscritos em si, ou refletem, todo um conjunto de características que nos são próprias, incluindo os princípios morais que nos remetem para a noção de verdade. Mas bastará isso para fazer dos documentos de arquivo a prova inabalável de que o exclusivo da verdade reside nesta ou naquela tese ou afirmação, sabendo-se que a verdade, em muitos casos, é impossível de inferir, aferir e proferir unívoca e unilateralmente? Ou servem sobretudo para revelar o que estava oculto, independentemente de poderem corroborar esta ou aquela “verdade”, esta ou aquela proposta de interpretação?

Estamos tentados a olhar os documentos de arquivo, nomeadamente os de índole histórica, segundo a aceção de “verdade” comungada pelos antigos gregos. Para estes, a verdade (*alétheia*) significava desocultação e não-esquecimento, no sentido em que o esquecimento era então experimentado não como um facto psicológico, dependente da consciência humana, mas como a influência de uma força invisível de ocultação e de encobrimento – numinosa, isto é, de origem divina – que causava uma alteração de consciência. Se existe conceito de verdade que possa ser aplicado ao mundo e função dos arquivos, cremos que o de *alétheia* é o mais apropriado, sobretudo se pensarmos que, desde Martin Heidegger, nos habituámos a traduzir *alétheia* por *revelação*, *des-ocultação* ou, ainda, *não-esquecimento*. Os arquivos desempenham assim um importante papel na criação da memória histórica, como instrumentos que jogam a favor da revelação do que, por razões diversas, se manteve oculto, contribuindo assim para o não-esquecimento e para o conhecimento ativo. A sua função não parece ser a demonstração da verdade, como a entendemos presentemente. Quando muito, a sua função é a revelação das condições que sustentam a verdade ou, o mais das vezes, que sustentam a verdade enquanto hipótese.

Vem este introito a propósito de algumas notícias vindas recentemente a lume, que dão conta da “revelação” de documentos que, tudo indica, possibilitam acrescentar alguns pontos à história, tal como a conhecíamos.

Num primeiro caso, documentos até hoje secretos, divulgados pelo Governo Britânico, revelam que o antigo presidente François Mitterrand avisou a ex-primeira-ministra Margaret Thatcher de que uma Alemanha reunificada, após a queda do Muro de Berlim, poderia ganhar mais terreno do que o conseguido por Hitler. Prova de que as preocupações com uma Alemanha novamente unida não se limitavam à atávica desconfiança francesa, são as declarações da “Dama de Ferro” dois meses antes da queda do emblemático muro, quando disse ao então presidente soviético Mikhail Gorbatchov que a Europa Ocidental não queria a reunificação alemã, devendo o Kremlin fazer tudo para a impedir, inclusive evitar que o Pacto de Varsóvia se

desmembrasse. Podendo ser explicadas pelo poder que a Alemanha unida demonstrou ter nas duas guerras mundiais, tais declarações de bastidores eram, no entanto, contrárias ao que era dito publicamente pelos dirigentes ocidentais em 1989. Os arquivos desocultaram. Outros tirarão as ilações.

No passado mês de setembro, ficámos também a saber da satisfação que o Governo dos Estados Unidos dirigido pelo presidente Gerald Ford teria sentido caso os Açores tivessem granjeado a autonomia durante o governo de esquerda de Vasco Gonçalves. De facto, ao abrigo da política de desclassificação dos arquivos americanos, foi revelado o primeiro documento oficial em que é abertamente assumido o apoio da administração norte-americana à independência das ilhas açorianas. Trata-se da ata da reunião realizada na Sala Oval em 9 de setembro de 1975, na qual representantes das associações portuguesas nos Estados Unidos pretenderam que o presidente Gerald Ford se pronunciasse de forma direta contra a “tirania comunista” em Portugal, numa altura em que essa ameaça parecia diluir-se, com a entrada em cena do governo de Pinheiro de Azevedo, reconhecido como moderado e mais democrático. Assim se explica que a administração americana, apesar de preocupada com a base aérea das Lajes, não quisesse apoiar qualquer ação prejudicial ao novo governo português, considerando que a independência dos Açores teria um reflexo negativo nesse executivo. Tal entendimento – aliado à consciência de que a generalidade dos aliados europeus era contrária à independência dos Açores – não inibiu, contudo, Gerald Ford de reconhecer que “teríamos ficado contentes se [a independência] tivesse acontecido durante o Governo comunista”. Embora esta motivação tivesse sido pressentida em 1975, só agora – fruto de um ato de desocultação arquivística – é possível defender a sua existência formal.

Uma terceira notícia, também ela publicada recentemente, deu-nos conta do contacto do escritor J.R.R Tolkien com o departamento britânico de informação e contrainformação, nas vésperas da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial. Na origem da notícia, estão documentos recém-descobertos, em exposição nas instalações do *Government Communications Headquarters* (GCHQ), o organismo britânico responsável pelos serviços de inteligência e de segurança informática. Esses documentos demonstram que Tolkien se treinou durante três dias no quartel-general da *Government Code and Cypher School*, antecessora do GCHQ. Tolkien foi um dos treze académicos de Oxford e Cambridge selecionados que aceitaram submeter-se a treinos e testes com vista a entrarem naquele serviço, os quais passou com distinção, havendo sido convidado a integrar o grupo residente de cripto-analistas. Sabe-se hoje que Tolkien recusou o convite, mas, apesar de não ter participado no enorme esforço mental que desvendou os códigos criados pelas máquinas de cifra alemãs Enigma e Lorenz e que contribuiu, assim, para uma mudança do desfecho do conflito mundial, pôde dedicar a sua reconhecida capacidade intelectual e (re)criativa à escrita d’*O Senhor dos Anéis*.

Parafraseando Goethe (quando diz que “onde a luz brilha mais forte, as sombras são mais profundas”), na escuridão, onde a sombra reina sem quaisquer reflexos, o mínimo ponto de luz denuncia a lâmina do gládio que nos impõe a ignorância, a obscuridade, o esquecimento. Os

documentos de arquivo e – por que não? – os arquivistas são esse ponto de luz, que vai revelando aos homens o desconhecido ou o que ficou esquecido, permitindo-lhes satisfazer a sua sede de verdade no conhecimento tornado possível.

João Sabino